



Na Mídia

03/02/2025 | [Valor Econômico](#)

Payday loans

Dificuldade na avaliação correta do crédito e o conservadorismo da regulação contribuem de forma preocupante para o aumento do uso de payday loans e de agiotas pelas classes mais pobres

Jairo Saddi

Valendo-me de férias alheias e com o intuito de evitar assuntos já cansados e repisados, propus-me a aproveitar as boas contribuições enviadas pelos amigos. **O ilustre advogado de direito bancário Fabio Braga enviou-me, do Reino Unido, um interessante relatório encomendado pelo Financial Inclusion Commission que discute linhas de empréstimos disponibilizadas aos mais pobres e a inclusão financeira de produtos e serviços bancários no âmbito de uma estratégia para políticas públicas, uma vez que vem crescendo a porcentagem dos demandantes de crédito cujas solicitações foram anteriormente negadas.**

Curiosamente, aqui no Brasil, quase ao mesmo tempo, o BCB publicou um texto para discussão: “Consumer Loans, Heterogeneous Interest Rates, and Inequality” (Working Paper 614), de Marco Bonomo, Tiago Cavalcanti, Fernando Chertman, Amanda Fantinatti, Andrew Hannon e Cezar Santos, que abordam e dão luz a uma análise muito importante sobre indivíduos de baixa renda que enfrentam taxas de juros mais altas, mesmo com os conhecidos ajustes de risco e inadimplência.

Restam, assim, a essas pessoas minguada oferta e poucos produtos bancários. Entre os mais importantes, está o chamado “payday loan”, que poderia ser confundido com o nosso empréstimo consignado (cuja garantia de pagamento é o desconto da parcela diretamente do salário), mas é, na verdade, diferente tanto na sua concepção quanto na sua função. O “payday loan” é o nosso antigo “vale”, tipo de adiantamento salarial, empréstimo sem qualquer garantia, sempre de curto prazo, geralmente caracterizado por altas taxas de juros, mediante um desconto pela antecipação.

Muitos aqui poderiam chamar de “agiotagem”, pois se reveste de características ilegais pelo abuso na cobrança de juros, já que esses empréstimos são geralmente concedidos a quem não tem crédito e usados para sanar necessidades financeiras imediatas. São cobrados no dia do pagamento salarial, daí a expressão payday: “dia de pagamento”.

Num passado não muito distante, o “payday loan”, no Brasil, era instrumentalizado pela desintermediação bancária do cheque pré-datado. O credor (e, muitas vezes, o empregador) fornecia um “adiantamento” e recebia um título de crédito (o cheque), a fim de garantir que a obrigação fosse liquidada na data avençada e o risco mais pulverizado, acrescido ao fato de que estávamos num ambiente de inflação. Como boa parte deste tipo de operação se dava fora dos bancos, a oferta era errática e episódica, sendo gradualmente extinta e substituída por outras alternativas, que transitavam pela inclusão bancária.

Mais pobres pagam proporcionalmente muito mais que a renda disponível no adimplemento de dívidas

Hoje, no Reino Unido, a regulação do Financial Conduct Authority (FCA) está sendo acusada de contribuir para um “vácuo de crédito”, que leva ao aumento dos “loan sharks”, ou empréstimos de agiotas, ou, em outras palavras, os excluídos do sistema financeiro que se veem abandonados à própria sorte em razão da oferta reduzida de crédito e penalizados apenas por serem pobres, que é aliás o objeto da pesquisa de Bonomo et alli, citada acima.

A resposta a tal problema é sempre a de criar nova legislação limitando juros e tentando coibir o que se conhece por usura. No Reino Unido, a conclusão é que o fato de os bancos regulados terem acabado com o mercado de subprime, ou de créditos que o sistema financeiro considerava mais arriscados, pela exigência de maiores provisões que ampliavam o custo do crédito, empurrou tais consumidores para os agiotas, e os ofertantes de crédito ilegal, quase num processo de substituição de agentes financeiros por agiotas, cobram mais não pelo risco de inadimplência, mas pela inexistência da oferta. Ou seja, ninguém se vale dos payday loans porque quer, mas simplesmente por inexistirem outras alternativas.

E uma das surpresas do relatório do Financial Inclusion Commission é que não se trata de desbancarizados, mas de mais de 80% de consumidores que têm alguma restrição com o limite de crédito, pois já superaram os limites concedidos e agora, ainda que possam estar adimplentes, só lhes restam os “payday loans”.

Um segundo alerta vem das dívidas que se originam nas casas de apostas, ou bets, que, de forma crescente, passam a “compor” o orçamento e o endividamento das famílias. Mas ainda como novas despesas e custos urbanos crescentes, a dificuldade na avaliação correta do crédito e o conservadorismo da regulação prudencial bancária são apontados como fatores que contribuem de forma preocupante para o aumento do uso de “payday loans” e de agiotas pelas classes mais pobres.

E uma conclusão dura, mas necessária: a escassez de crédito não é a causa da pobreza. O verdadeiro problema numa sociedade é a pobreza em si e isso não compete aos mercados resolver, mas aos governos. Isso dito, o relatório afirma que, embora as famílias mais pobres tenham menor probabilidade de oferta de crédito que outros grupos de maior renda, aquelas que o obtiveram suportam maior peso em relação aos seus rendimentos brutos que os outros, ou seja, os mais pobres pagam proporcionalmente muito mais que a renda disponível no adimplemento de suas dívidas.

Muitas sugestões são apresentadas abrangendo um espectro de restrições, limites e mesmo tabelamento. Há iniciativas de orientação voltadas a “empréstimos responsáveis” do Office of Fair Trading (OFT) e do Financial Ombudsman Service (FOS), com a imputação de multas e penalidades. Infelizmente, ainda que tentativas meritórias em muitos aspectos, tais esforços acabaram por afastar os credores dos mais necessitados. E a regulação prudencial acaba por ajudar a empoçar a liquidez até para evitar a chamada “seleção adversa”, fenômeno pelo qual só sobram os piores e mais arriscados tomadores de crédito dispostos a contrair dívidas.

Educar a população em termos financeiros também é fundamental, segundo o relatório. Mais de 25% da população do Reino Unido precisa de orientação financeira até para evitar armadilhas como o “payday loans” e um esforço concentrado sobre o tema é premente.

Em resumo, a única e correta maneira de endereçar o problema é por meio de políticas públicas responsáveis, pelo combate à inflação e por programas públicos que sejam incluídos e votados no orçamento, tratados como despesa pública, com óbvias repercussões fiscais. E, aqui, sempre são escolhas de uma sociedade.